



**AGÊNCIA DE
FOMENTO
DO PARANÁ S.A.**

AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Av. Vicente Machado, 445 - 4º andar - Curitiba - PR



**GOVERNO DO
PARANÁ**

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Foi criada em 1997 pela Lei Estadual nº 11.741 e tem como principal acionista o Estado do Paraná. Nos termos das disposições estatutárias, a Agência realiza operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de fundos constitucionais, orçamentos estadual e municipal, e organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

A Agência de Fomento é depositária de recursos financeiros destinados a programas e projetos relacionados ao financiamento e promoção do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico e à melhoria da competitividade.

Para o cumprimento de sua missão, que consiste em "promover o desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas empreendedoras compatíveis com as estratégias do governo", a Agência atua na:

- Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;
- Gestão de fundos específicos de financiamento para o desenvolvimento do Estado;
- Execução de programas de financiamento de caráter especial de responsabilidade do Estado;

Durante o exercício de 2006 foi dada continuidade ao processo de reestruturação organizacional, especialmente no que se refere às Áreas de Tecnologia de Informação e de Controles Internos, no aperfeiçoamento contínuo dos seus processos de trabalho e na formação de seu quadro próprio de empregados.

Objetivou-se, assim, melhorar a qualidade de atendimento da Agência aos seus clientes internos e externos, bem como consolidar sua participação no processo de intervenção do Estado na promoção do desenvolvimento social e econômico.

Diversas ações institucionais e interinstitucionais foram implementadas em apoio a iniciativas do Governo do Estado, objetivando consolidar a AFPR como um dos principais instrumentos de governo na execução da política de desenvolvimento do Estado, e potencializar suas funções de agente de articulação e fomento.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Como agente de fomento, a Agência prioriza o atendimento ao microempresário formal e informal, buscando harmonizar as cadeias produtivas, inserir os agentes produtivos no mercado competitivo e contribuir para o desenvolvimento da região, por meio do financiamento e capacitação do setor produtivo, promovendo a melhoria da qualidade, produtividade e a expansão da atividade econômica. A AFPR reforçou seu foco de atuação no apoio ao pequeno empreendedor, através da atividade de microcrédito, que funciona sob a denominação de Banco Social, e implementou medidas operacionais para atendimento às empresas, através do repasse de recursos do sistema BNDES, buscando um modelo de sustentabilidade financeira e institucional que permita o cumprimento de sua missão.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Microcrédito

Criado com a finalidade de apoiar microempreendedores formais ou informais excluídos do sistema de acesso ao crédito, o programa representa importante instrumento para a geração de trabalho e renda no Estado.

As linhas de Microcrédito da AFPR atendem atualmente duas faixas: a Faixa A, até R\$ 2.000,00, é destinada àqueles que desejam iniciar atividade produtiva; a Faixa B, até R\$ 5.000,00, destina-se a empreendedores que exercem atividade há mais de seis meses. Prevê-se, para 2007, a criação de uma Faixa C, até R\$ 10.000,00, para atendimento de empreendedores formais.

O Programa é executado em parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, o SEBRAE e as Prefeituras, e foi criado para conceder financiamentos na forma de microcrédito orientado e assistido, com encargos de 1,5 % ao mês. Também para 2007, prevê-se a redução dos encargos de todas as linhas do Programa para 1,0% ao mês. O programa encontra-se em funcionamento em 344 municípios do Estado.

Financiamentos ao Setor Público

a) Sistema de Financiamento aos Municípios – SFM

Recursos de capital próprio, destinados à promoção do desenvolvimento urbano, serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura municipal priorizados em plano de governo. O programa é operacionalizado em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o Paranacidade.

b) Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP

A Agência de Fomento, a partir de maio de 2006, instituiu programa específico - PROMAP - para ampliar as aplicações em financiamentos destinados à renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários das Prefeituras, disponibilizando recursos na ordem de R\$ 50 milhões, mediante termo de cooperação técnico-operacional firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano/Paranacidade.

Repasses de Recursos do BNDES

O atendimento a micro e pequenas empresas e ao pequeno produtor rural, objetos de prioridade das ações da AFPR neste governo, foi impulsionado, a partir de março de 2005, por aplicações em financiamentos com recursos BNDES - Programa Moderfrota. As aplicações desse programa foram implementadas mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira, e limites operacionais estabelecidos pelo BNDES.

As operações de financiamentos geradas atingiram o limite total disponibilizado pelo sistema à AFPR, e atenderam exclusivamente operações estimuladas através da política operacional vigente para micro, pequenas e médias empresas, cumprindo-se a performance exigida pelo BNDES.

Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná

A AFPR é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná, concebido pelo Governo do Paraná para concessão de garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos a produtores rurais que não dispõem de bens suficientes para subsidiar empréstimos junto à rede bancária conveniada. Atualmente a instituição parceira é o Banco do Brasil, mediante Acompanhamento de Comitê Gestor. O limite estipulado para garantir operações agrícolas está em R\$ 6 milhões, valor que alavanca junto ao parceiro até R\$ 60 milhões em operações.

Gestão de Outros Fundos/Ativos

- c) Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, destinado a apoiar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado mediante apoio financeiro às empresas;
- d) Gestão dos bens, direitos e obrigações de contratos oriundos do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28.03.2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AFPR tem sua estratégia de atuação estabelecida em três diretrizes básicas: a reestruturação organizacional, a melhoria da "performance" dos serviços e a criação de novos produtos. Neste sentido, a Agência tem como prioridade a articulação com as demais instituições públicas do Estado, visando a unidade governamental e a ação conjunta na busca do desenvolvimento.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

ATIVO	2006	2005	PASSIVO	2006	2005
CIRCULANTE	379.891	288.628	CIRCULANTE	12.507	77.807
DISPONIBILIDADES	16	226	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	749	418
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	318.468	230.238	REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	749	418
Carteira Própria	318.468	230.238	FINAME	749	418
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	60.851	44.798	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.758	77.389
Financiamentos Setor Público	45.540	32.100	COBRANÇA E ARRECAÇÃO DE TÍTULOS E		
Financiamentos Setor Privado	15.820	13.092	ASSEMBLHADOS	5	1
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	853	676	IOF a Recolher	5	1
(-) Provisão para Operações de Crédito	(1.362)	(1.070)	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	9.338	10.241
OUTROS CRÉDITOS	524	13.343	Provisão para Impostos e Contribuições sobre o		
Rendas a Receber	448	221	Lucro	8.777	9.700
Impostos e Contribuições a Compensar	59	46	Impostos e Contribuições a Recolher	561	541
Adiantamento Diversos	17	5	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	-	44.741
Devedores Diversos - País	-	13.071	Dividendos e Bonificações a Pagar	-	44.741
OUTROS VALORES E BENS	32	23	DIVERSAS	2.415	22.406
Material em Estoque	27	23	Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.120	321
Despesas Antecipadas	5	-	Dotação para Aumento de Capital	-	13.071
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	481.660	381.518	Cretores Diversos - País	295	9.014
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	225.586	154.467	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	31.721	16.549
Carteira Própria	225.586	154.467	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	2.588	2.285
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	255.974	212.787	REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	2.588	2.285
Financiamentos Setor Público	251.982	208.968	FINAME	2.588	2.285
Financiamentos Setor Privado	2.214	2.216	OUTRAS OBRIGAÇÕES	29.133	14.264
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.634	2.082	DIVERSAS	29.133	14.264
(-) Provisão para Operações de Crédito	(856)	(479)	Dotação para Aumento de Capital	28.276	14.264
OUTROS CRÉDITOS	100	14.264	Cretores Diversos - País	857	-
Depósitos em Garantia	100	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	817.707	576.303
Devedores Diversos - País	-	14.264	CAPITAL - De Domiciliados no País	665.074	455.074
PERMANENTE	384	513	AUMENTO DE CAPITAL	18.713	13.279
IMOBILIZADO DE USO	384	513	RESERVAS DE CAPITAL	3	1
Outras Imobilizações de Uso	791	782	RESERVAS DE LUCROS	132.830	106.862
(-) Depreciações Acumuladas	(407)	(269)	LUCROS ACUMULADOS	1.087	1.087
TOTAL DO ATIVO	861.935	670.659	TOTAL DO PASSIVO	861.935	670.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**AGÊNCIA DE
FOMENTO
DO PARANÁ SA**

AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.

CNPJ: 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado, 445 - 4º andar - Curitiba - PR



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	2006		2005
	2º Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	58.193	115.170	102.038
Operações de Crédito	19.369	38.444	36.280
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobiliários	38.824	76.726	65.758
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(998)	(1.571)	(715)
Operações de Empréstimos e Repasses	(147)	(251)	(188)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(851)	(1.320)	(527)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	57.195	113.599	101.323
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.997)	(19.453)	(18.990)
Receitas de Prestação de Serviços	1.284	2.042	1.307
Despesas de Pessoal	(2.714)	(5.086)	(4.855)
Outras Despesas Administrativas	(1.634)	(2.957)	(2.111)
Despesas Tributárias	(2.811)	(5.568)	(5.012)
Outras Receitas Operacionais	314	608	235
Outras Despesas Operacionais	(6.436)	(8.492)	(8.554)
RESULTADO OPERACIONAL	45.198	94.146	82.333
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	45.198	94.146	82.333
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.441	(14.203)	(14.460)
Provisão para Imposto de Renda	1.817	(10.397)	(10.606)
Provisão para Contribuição Social	624	(3.806)	(3.854)
LUCRO LÍQUIDO	47.639	79.943	67.873
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	53.975	53.975	39.880
Número de Ações:	683.787	683.787	455.074
Lucro Líquido por Ação do Capital Social - (Em R\$)	69,67	116,91	149,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	2006		2005
	2º Semestre	Exercício	Exercício
A - ORIGENS DOS RECURSOS	157.225	324.427	145.380
LUCRO LÍQUIDO	47.639	79.943	67.873
AJUSTE DO LUCRO LÍQUIDO	62	138	313
- Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	195
- Depreciações e Amortizações	62	138	118
RECURSOS DE ACIONISTAS	77.305	243.712	26.137
Integralização de Capital	50.000	210.000	12.858
Ágio na integralização de Capital	2	2	-
Aumento de Capital - Incorporação	18.713	18.713	-
Dotação para Aumento de Capital	8.590	14.997	13.279
RECURSOS DE TERCEIROS	32.219	634	51.057
- Aumentos dos Subgrupos do Passivo			
Obrigações por Empréstimos e Repasse	250	634	2.703
Outras Obrigações	-	-	3.480
- Diminuição dos Subgrupos do Ativo			
Títulos e Valores Mobiliários	29.820	-	17.539
Outros Créditos	2.149	-	-
Outros Créditos - Dotação para Aumento de Capital - Reclassificação	-	-	27.335
B - APLICAÇÕES DE RECURSOS	157.227	324.637	145.260
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	53.975	53.975	39.880
INVERSOES EM	4	9	349
Imobilizado de Uso	4	9	349
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	51.421	218.951	77.696
Títulos e Valores Mobiliários	-	159.349	-
Operações de Crédito	51.416	59.240	76.529
Outros Créditos	-	352	1.144
Outros Valores e Bens	5	10	23
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	51.827	51.702	27.335
Sociais e Estatutárias	44.741	44.741	-
Outras Obrigações	7.086	6.961	-
Outras Obrigações - Dotação para Aumento de Capital - Reclassificação	-	-	27.335
C - (REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES (A - B)	(2)	(210)	120
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA: DISPONIBILIDADES			
- Início do Período	18	226	106
- Fim do Período	16	16	226
- (Redução) Aumento das Disponibilidades	(2)	(210)	120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			ÁGIO P/ SUBS.AÇÕES	LEGAL	ESTATUTÁRIA	LEGAL	ESTATUTÁRIA		
A - SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2005	442.216	-	-	8.256	70.418	-	1.087	521.978	
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	195	195	
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Subscrição de Ações	12.858	-	-	-	-	-	-	12.858	
- Dotação para Aumento de Capital	-	13.279	-	-	-	-	-	13.279	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	67.873	67.873	
DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Reservas de Lucros	-	-	-	3.403	24.785	-	(28.188)	-	
- Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(39.880)	(39.880)	
B - SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	455.074	13.279	1	11.659	95.203	-	1.087	576.303	
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	12.858	13.279	-	3.403	24.785	-	-	54.325	
A - SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2006	455.074	13.279	1	11.659	95.203	-	1.087	576.303	
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Subscrição de Ações	210.000	-	-	-	-	-	-	210.000	
- Aumento de capital	-	18.713	-	-	-	-	-	18.713	
OUTROS EVENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Ágio na subscrição de ações e	-	-	2	-	-	-	-	2	
- Transf. Aporte de Capital p/ Dotação de Aumento de Capital no Exigível a Longo Prazo	-	(13.279)	-	-	-	-	-	(13.279)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	79.943	79.943	
DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Reservas de Lucros	-	-	-	3.997	21.971	-	(25.968)	-	
- Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(53.975)	(53.975)	
B - SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	665.074	18.713	3	15.656	117.174	-	1.087	817.707	
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	210.000	5.434	2	3.997	21.971	-	-	241.404	
A - SALDOS EM 01 DE JULHO DE 2006	615.074	-	1	13.274	117.816	-	9.163	755.328	
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Subscrição de Ações no País	50.000	-	-	-	-	-	-	50.000	
- Aumento de capital	-	18.713	-	-	-	-	-	18.713	
OUTROS EVENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Ágio na subscrição	-	-	2	-	-	-	-	2	
- Reversão de Reserva Constituída no 1º Semestre	-	-	-	-	(642)	-	642	-	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	47.639	47.639	
DESTINAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Reservas de Lucros	-	-	-	2.382	-	-	(2.382)	-	
- Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(53.975)	(53.975)	
B - SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	665.074	18.713	3	15.656	117.174	-	1.087	817.707	
MUTAÇÕES DO PERÍODO (B - A)	50.000	18.713	2	2.382	(642)	-	(8.076)	62.379	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL:

A Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, criada pela Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997, alterada pelas Leis Estaduais nºs 12.401, de 30 de dezembro de 1998 e 12.419, de 13 de janeiro de 1999, tendo por objeto social apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- I. Fundos constitucionais;
- II. Orçamentos estadual e municipais;
- III. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento.

NOTA 02 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis estão elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos constantes da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS:

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Segregação de Prazos

Os valores de direitos realizáveis e obrigações exigíveis estão segregados, respectivamente, em Circulante e Longo Prazo conforme estabelecido na Lei nº 6.404/76.

c) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira própria está composta de títulos de renda fixa, que estão avaliados pelo custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, deduzidas as provisões para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

d) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se demonstradas pelos montantes dos créditos perante os mutuários, atualizados em conformidade com as correspondentes disposições contratuais.

Todas as operações de crédito estão classificadas, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 editada pelo Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação com o nível de risco de cada operação.

e) Provisão para Operações de Crédito

Está constituída conforme critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 editada Banco Central do Brasil, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização de créditos a receber.

f) Ativo Permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações dos bens do Ativo Imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais abaixo descritas.

Equipamentos de Uso	10%
Sistema de Comunicação	10%
Sistema de Processamento de Dados	20%

g) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A Agência está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa.

As provisões são constituídas mensalmente, de acordo com a legislação vigente para cada imposto. Os valores provisionados mensalmente, estimados sobre a base de cálculo inerente a cada imposto, são calculados considerando as seguintes alíquotas:

- Imposto de Renda	15,00%
- Adicional de Imposto de Renda (1)	10,00%
- Contribuição Social	9,00%

(1) calculado sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000,00 mensais.

NOTA 04 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

Em 31 de dezembro, a carteira própria está composta da seguinte forma:

	2006	2005
Livres		
Títulos de Renda Fixa	544.054	384.705
Letras Financeiras do Tesouro	247.164	173.773
Cotas de Fundos de Investimentos	296.890	210.932
Total da Carteira Própria	544.054	384.705
Curto Prazo	318.468	230.238
Longo Prazo	225.586	154.467

NOTA 05 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

Em 31 de dezembro, a carteira operações de crédito esta composta da seguinte forma:

a) Composição por faixa de vencimento:

	2006	2005
Parcelas Vencendas	318.015	258.014
Até 180 dias	31.399	23.970
De 181 a 360 dias	29.786	20.778
Acima de 360 dias	256.830	213.266
Parcelas Vencidas	1.028	1.120
Até 60 dias	620	683
De 61 a 180 dias	285	310
Acima de 180 dias	123	127
Total da Carteira	319.043	259.134

b) Composição por tipo de atividade econômica:

	2006	2005
Setor Privado	21.521	18.066
Rural	3.452	2.707
Indústria	1.776	1.630
Comércio	7.619	6.395
Outros serviços	8.671	7.334
Pessoas físicas	3	-
Setor Público	297.522	241.068
Administração direta municipal	297.522	241.068
Total da Carteira	319.043	259.134

c) Composição por nível de risco:

Classificação de Risco	Total das Operações	% Part.	Provisão %	2006	2005
				Valor da Provisão	Valor da Provisão
AA	131.215	41,1	-	-	-
A	175.515	55,0	0,5	878	67
B	8.194	2,6	1,0	82	53
C	1.498	0,5	3,0	45	101
D	1.182	0,4	10,0	118	221
E	283	0,1	30,0	85	252
F	223	0,1	50,0	111	103
G	112	-	70,0	78	108
H	821	0,2	100,0	821	644
Total	319.043	100		2.218	1.549

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Dez/2006	Dez/2005
Saldo no Início do Período	1.549	1.576
Constituição da Provisão	1.320	527
Créditos Baixados para Prejuízo	(651)	(554)
Saldo no Fim do Período	2.218	1.549

e) Créditos renegociados e recuperados

	Dez/2006	Dez/2005
Discriminação		
Renegociação	807	1.450
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	523	196

As operações de créditos classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses são controladas em contas de compensação, em cumprimento ao estabelecido na Resolução nº 2.682/99 editada pelo BACEN. No exercício de 2006 foi baixado para contas de compensação o montante de R\$ 651 mil (R\$ 554 mil em 2005), sendo que em 31 de dezembro de 2006 o saldo acumulado dessas operações é de R\$ 3.175 mil (R\$ 2.875 mil em 2005), atualizados segundo condições contratuais, para os quais a instituição vem desenvolvendo esforços de cobrança.

NOTA 06 - IMOBILIZADO DE USO:

	(*)	Custo	2006	Valor Acumulado	2005
			Depreciação		Valor Líquido
Máquinas e Equipamentos de Uso	10%	226	(85)	141	149
Sistema de Comunicação	10%	15	(6)	9	111
Processamento de Dados	20%	550	(316)	234	253
Total		791	(407)	384	513

(*) - Taxa anual de depreciação.

NOTA 07 - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES:

	2006	2005
Resultado antes da Tributação	94.146	82.333
Juros sobre o Capital Próprio	(53.975)	(39.880)
Base de Cálculo	40.171	42.453
Adições (Exclusões) Permanente	463	36
Adições (Exclusões) Temporária	1.654	331
Lucro Tributável	42.288	42.820
Provisão de IR - Alíquota Normal - 15%	6.343	6.423
Doações para incentivo à Cultura	(144)	(75)
Incentivo - PAT	(7)	-
Provisão de IR - Adicional - 10%	4.205	4.258
Despesa de Prov. de Imposto de Renda	10.397	10.606
Despesa de Prov. de Contribuição Social (9%)	3.806	3.854
Total das Provisões - Valores Correntes	14.203	14.460

NOTA 08 - PROVISÕES PASSIVOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A instituição é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, através da análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em cursos. A constituição da provisão para contingências tem como contrapartida a rubrica "Outras Despesas Operacionais" e somam R\$ 857 mil, conforme segue:

(a) Ação Fiscal - Federal

A instituição é parte no processo administrativo fiscal que versa sobre a Contribuição Social - CSLL, período de apuração de out/2001, em trâmite na 3ª Vara de Execuções Fiscais. O processo foi devidamente embargado pela AFPR. O valor envolvido monta a importância estimada de R\$ 133 mil. Baseada no entendimento dos advogados a probabilidade de êxito é provável, e foi constituída provisão do valor integral.

(b) Ações Trabalhistas

A instituição é parte em ações trabalhistas, movidas por pessoal terceirizado - bolsistas do CIPAR, que em sua maioria em síntese pleiteiam vínculos empregatícios, férias, diferenças salariais decorrentes de horas extras e FGTS. Em 31 de dezembro de 2006 o valor total do passivo trabalhista foi provisionado com base em expectativas de perdas em tais ações no montante de R\$ 134 mil.

(c) Ações Cíveis

Atualmente a AFPR é parte em 01 Ação de Cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, e versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, e foi devidamente contestada pela AFPR contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Não há prolação de sentença e a instituição requer produção de prova pericial. O valor original da ação é de R\$ 463 mil, atualizadas até dezembro de 2006 para R\$ 590 mil sendo o valor foi integralmente provisionado, considerando a expectativa de perda provável pela área jurídica da instituição.

NOTA 09 - CONTINGÊNCIA PASSIVA
(a) - Auto de Infração

Em dezembro de 2006 a instituição sofreu atuação da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente os exercícios de 2001 a 2004, no valor total de R\$ 7.953 mil. Os referidos autos visam a cobrança de ISS sobre a receita de prestação de serviços decorrentes da gestão de cobrança da Carteira de Crédito dos Ativos de titularidade do Estado do Paraná sob a gestão AFPR, no valor total de R\$ 6.755 mil, bem como, cobrança pela não retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviços no valor total de R\$ 1.198 mil, principalmente aqueles decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a AFPR/SEFA e PARANACIDADE/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal.



**AGÊNCIA DE
FOMENTO
DO PARANÁ SA**

AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Av. Vicente Machado, 445 - 4º andar - Curitiba - PR



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

Ainda em janeiro de 2007 a instituição apresentou impugnação dos referidos autos, o qual encontra-se para julgamento em 1ª instância.

Baseado na opinião legal da área jurídica, a administração não constituiu provisão por entender que os autos são defensáveis, tanto na esfera administrativa como no âmbito judicial, por versar sobre matéria tema de ordem constitucional, sendo cabíveis recursos até a Suprema Corte.

NOTA 10 - MUDANÇA DE PROCEDIMENTO CONTÁBIL:

Em 26 de março de 2001, foi firmado entre a Agência de Fomento e o Governo do Estado do Paraná, Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Bens, Direitos e Obrigações através do qual o Governo do Estado transferiu à Agência de Fomento, a gestão da cobrança de Ativos de sua titularidade. Em retribuição à gestão desses ativos o Governo do Estado comprometeu-se a repassar a esta instituição valor correspondente a 1% sobre o valor total dos ATIVOS em 31 de dezembro de cada ano, mais a comissão mensal de 10% sobre os valores efetivamente recebidos com pagamento até o dia 15 de cada mês, por ocasião da prestação de contas entre os contratantes.

Em 25 de julho de 2003, foi firmado um termo aditivo, dispondo, com base em Parecer da Procuradoria Geral do Estado, que o Governo do Estado repassaria a essa Instituição Financeira, anualmente, 1% do valor total da carteira dos ativos na data-base de 31 de dezembro de cada ano, pago em 12 parcelas mensais no decorrer do exercício seguinte ao da apuração, a título de "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital".

Mensalmente a comissão de 1% calculada sobre a carteira dos Ativos em 31 de dezembro de cada ano é provisionada e representam uma expectativa de recebimento. Até 31 de dezembro de 2005 tais valores estavam sendo contabilizados na rubrica "Devedores Diversos - País" e "Dotação para Aumento de Capital", e para melhor adequação as normas do COSIF, em 2006 passaram a ser registradas em contas de compensação, o que provocou uma redução de R\$ 27.335 mil nos subgrupos do Ativo e Passivo, respectivamente.

Quanto aos valores efetivamente realizados pelo ingresso financeiro até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, vinham sendo contabilizados em conta de Aumento de Capital, no Patrimônio Líquido.

No exercício de 2006, tais recebimentos, para melhor adequação às normas do COSIF, passaram a ser contabilizadas na conta Dotação para Aumento de Capital, no Exigível a Longo Prazo, sendo transferido, para a referida rubrica, o saldo da conta Aumento de Capital, do Patrimônio Líquido, no montante de R\$ 13.279 mil.

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a) Capital Social

O Capital Social Integralizado é de R\$ 665.074 mil (R\$ 455.074 mil em 2005), representado por 665.074 (455.074 em 2005) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Por deliberação da Assembléia Geral, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social poderá ser aumentado até o valor de R\$ 900.000 mil, divididos e limitado a 900.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Aumento de Capital

Durante o exercício de 2006, foram efetuadas subscrições de ações para aumento de capital no valor de R\$ 210.000 mil, sendo R\$ 100.000 mil aprovado através da ATA da 29ª AGE, realizada em 16.01.2006, R\$ 60.000 mil aprovado através da ATA da 30ª AGE, realizada em 09.05.2006, e R\$ 50.000 mil ATA da 31ª AGE, realizada em 31.07.2006, que deliberaram sobre o aumento de capital da Agência, em consonância com a Lei nº 13.227, de 18.07.2001 da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Decreto nº 4.465, de 19.07.2001 do Governador

do Estado do Paraná, e tem como finalidade dar continuidade à execução de programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU através de operações de crédito a serem realizadas, exclusivamente com as entidades da administração municipal paranaense.

Em função da 33ª AGE de 18 de dezembro de 2006 foi aprovada a elevação do Capital Social em R\$ 18.713 mil, mediante incorporação de Juros sobre o Capital Próprio oriundos dos exercícios de 2003, 2004, 2005 e 2006, sendo R\$ 18.688 mil pelo acionista majoritário Estado do Paraná e R\$ 25 mil pelo acionista minoritário Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR. Desta forma, o Capital em 31 de dezembro de 2006, passou a ser de R\$ 683.787 mil. Destacamos que o referido aumento foi homologado pelo BACEN conforme decisão do DEORF/GTCUR, publicado no D.O.U de 30 de janeiro de 2007.

c) Juros sobre o Capital Próprio

Conforme deliberação em Assembléia Geral no exercício de 2006 a instituição efetuou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, imputando-os aos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 53.975 mil, calculados conforme previsto no art. 9º da Lei 9.249/95, e importou numa economia tributária na ordem de R\$ 18.351 mil.

Para fins de divulgação das demonstrações contábeis, adequação aos princípios contábeis e atendimento à Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil, os referidos juros constam como destinação de resultado, diretamente na demonstração das mutações do Patrimônio Líquido, na rubrica Lucros Acumulados.

Em atendimento a disposição estatutária a destinação do Lucro Líquido do Exercício é como segue:

Descrição	Dez/2006	Dez/2005
Lucro Líquido do Exercício	79.943	67.873
Ajuste de Exercício Anterior	-	195
Constituição Reserva Legal - 5%	3.997	3.403
Constituição Reserva Estatutária - Até 70% Para Aumento Capital	21.971	24.785
Juros s/Capital Próprio Imputados aos Dividendos	53.975	39.880

NOTA 12 - LIMITES OPERACIONAIS:

Conforme determinações da Resolução nº 2.099/94 e regulamentações posteriores, o Banco Central do Brasil, estabeleceu a obrigatoriedade de manutenção pelas instituições financeiras, de valor de patrimônio líquido ajustado compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2006 a AFPR apresentou limite operacional de 88,72%, conforme demonstramos a seguir:

	Saldo	Risco
Risco nulo - 0%	247.223	-
Risco reduzido - 20%	16	3
Risco reduzido - 50%	296.890	148.445
Risco normal - 100%	20.284	20.284
Ativo Ponderado Pelo Risco	564.413	168.732
Patrimônio Líquido Exigido - PLE (APR x 30%)		50.620
Patrimônio de Referência - PR		149.708
Índice de Basileia (PRx100/PLE/0,30)		88,72%

Curitiba, 31 de dezembro de 2006.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

HERON ARZUA
PRESIDENTE

HEITOR ANGELO SCREMIN FRANÇA
VICE-PRESIDENTE

LUIZ FORTE NETTO
DISONI ZAMPIERI
PAULO ROBERTO RAGNINI
ANTONIO RYCHETA ARTEN
CARLOS AUGUSTO CAVALCANTI ALBUQUERQUE
EDUARDO JOSÉ DAIBERT DE ARAUJO
HÉLIO BAMPI
JACIR CORDEIRO BERGMANN II

DIRETORIA

ANTONIO RYCHETA ARTEN
DIRETOR PRESIDENTE

MURILO DE OLIVEIRA SCHMITT
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

LUCIANE TESSARO PERISSATO
CONTADORA CRC PR-44315/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros do Conselho Fiscal da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A**, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, bem como Proposta de destinação do Lucro líquido do Exercício, baseando-se nos documentos examinados, nos esclarecimentos da diretoria e no Parecer do Auditor Independente, emitido sem ressalva, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A**, são de opinião de que as referidas Demonstrações

Financeiras encontram-se em plenas condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária.

Curitiba, 08 de março de 2007.

CESAR RIBEIRO FERREIRA
Conselheiro

MARCOS ANTONIO JAGHER
Conselheiro

MOACIR JOSÉ SOARES
Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.
Curitiba - PR

1) Examinamos o balanço patrimonial da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.**, levantado em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao semestre e exercício findos naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da agência; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da agência, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1", representam

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.**, levantado em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4) As demonstrações contábeis relativas ao exercício em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 25 de janeiro de 2006.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2007.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6

Karini Leticia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051.096/P-4

Leomar Bazzaneze
CONTADOR CRC-RS Nº 036.023/O-2 T-PR CNAI Nº 389